



Cenário fiscal e o papel da IFI

Felipe Salto

FGV/CEPESP/EESP. São Paulo, 7 de novembro de 2019

Pano de fundo

- As regras fiscais foram criadas para estabelecer certos **controles** à dinâmica das contas públicas
- No caso brasileiro, temos: **limite para a dívida** (art. 52 da Constituição Federal, ainda não regulamentado para a União); **regra de ouro** (art. 167 da Constituição Federal); **teto para os gastos públicos** (EC nº 95/2016); **meta de primário** (fixadas anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias); dentre outros limites que podem somar mais de uma dezena de dispositivos
- Apesar das regras, o quadro fiscal é grave. Todos os indicadores de dívida pública estão crescendo, na esteira de **déficits primários e nominais elevados**
- Contrariando a regra de ouro, os **investimentos estão caindo** enquanto a dívida continua avançando
- O resultado primário deverá voltar ao campo positivo **apenas em 2026**
- O teto de gastos poderá ser **rompido** em 2021
- O novo pacote econômico endereça essas questões.

PIB ainda muito fragilizado, mas alguns sinais positivos

TAXAS DE VARIAÇÃO DO PIB

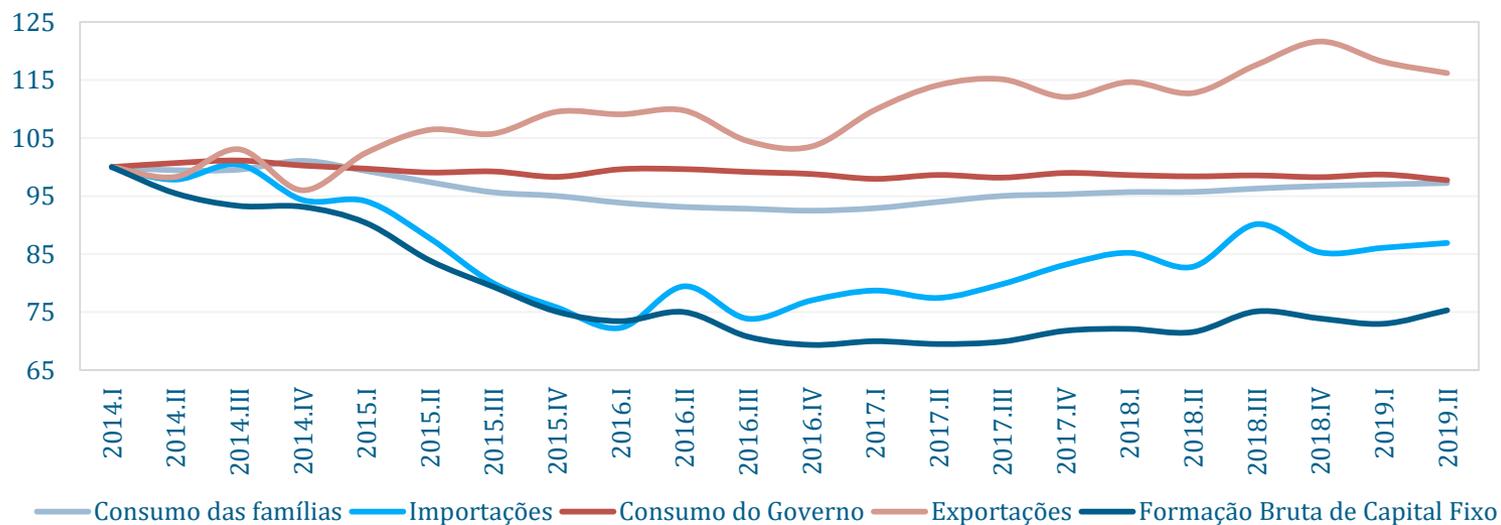
	Variação contra o trimestre anterior (com ajuste sazonal)			Variação contra o mesmo trimestre do ano anterior			Variação acumulada em 4 trimestres		
	4T18	1T19	2T19	4T18	1T19	2T19	4T18	1T19	2T19
PIB	0,1%	-0,1%	0,4%	1,1%	0,5%	1,0%	1,1%	0,9%	1,0%
Ótica da demanda									
Consumo das famílias	0,5%	0,3%	0,3%	1,5%	1,3%	1,6%	1,9%	1,5%	1,5%
Consumo do governo	-0,3%	0,5%	-1,0%	-0,7%	0,1%	-0,7%	0,0%	-0,1%	-0,2%
Formação bruta de capital fixo	-1,6%	-1,2%	3,2%	3,0%	0,9%	5,2%	4,1%	3,7%	4,3%
Exportações	3,4%	-2,9%	-1,6%	12,0%	1,0%	1,8%	4,1%	3,0%	4,3%
Importações	-5,4%	0,9%	1,0%	6,0%	-2,5%	4,7%	8,5%	5,8%	5,4%
Ótica da oferta									
Agropecuária	-0,4%	1,6%	-0,4%	2,4%	-0,1%	0,4%	0,1%	1,1%	1,1%
Indústria	-0,3%	-0,5%	0,7%	-0,5%	-1,1%	0,3%	0,6%	0,0%	-0,1%
Serviços	0,2%	0,2%	0,3%	1,1%	1,2%	1,2%	1,3%	1,2%	1,2%

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

PIB ainda muito fragilizado, mas alguns sinais positivos

COMPONENTES DO PIB PELA ÓTICA DA DEMANDA

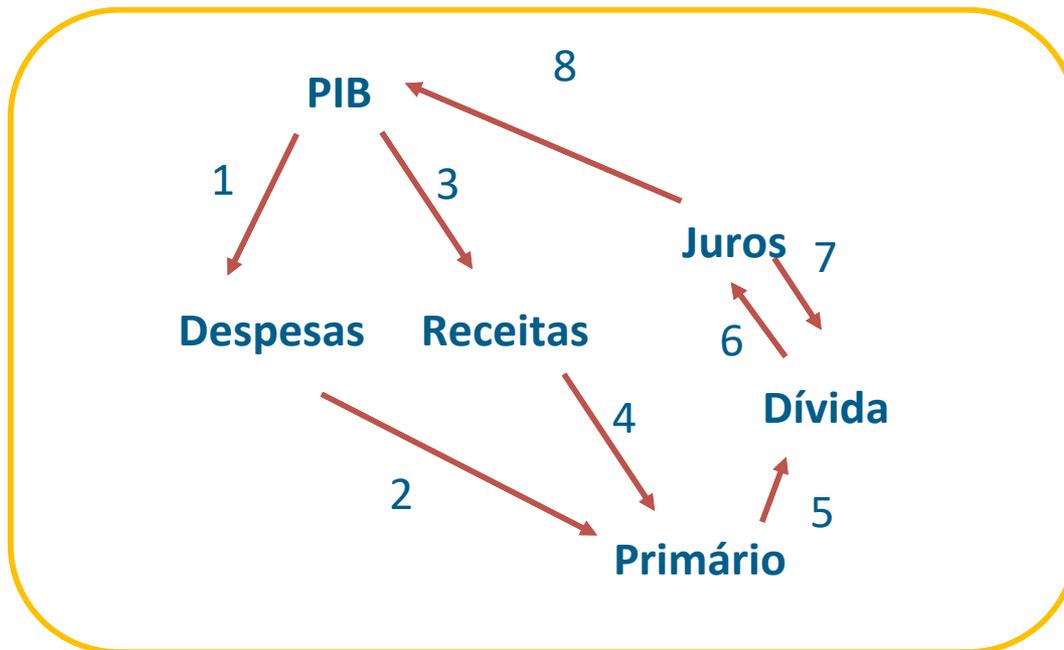
1ºT 2014 = 100 - séries dessazonalizadas



Dívida não será alternativa enquanto não ajustarmos o primário

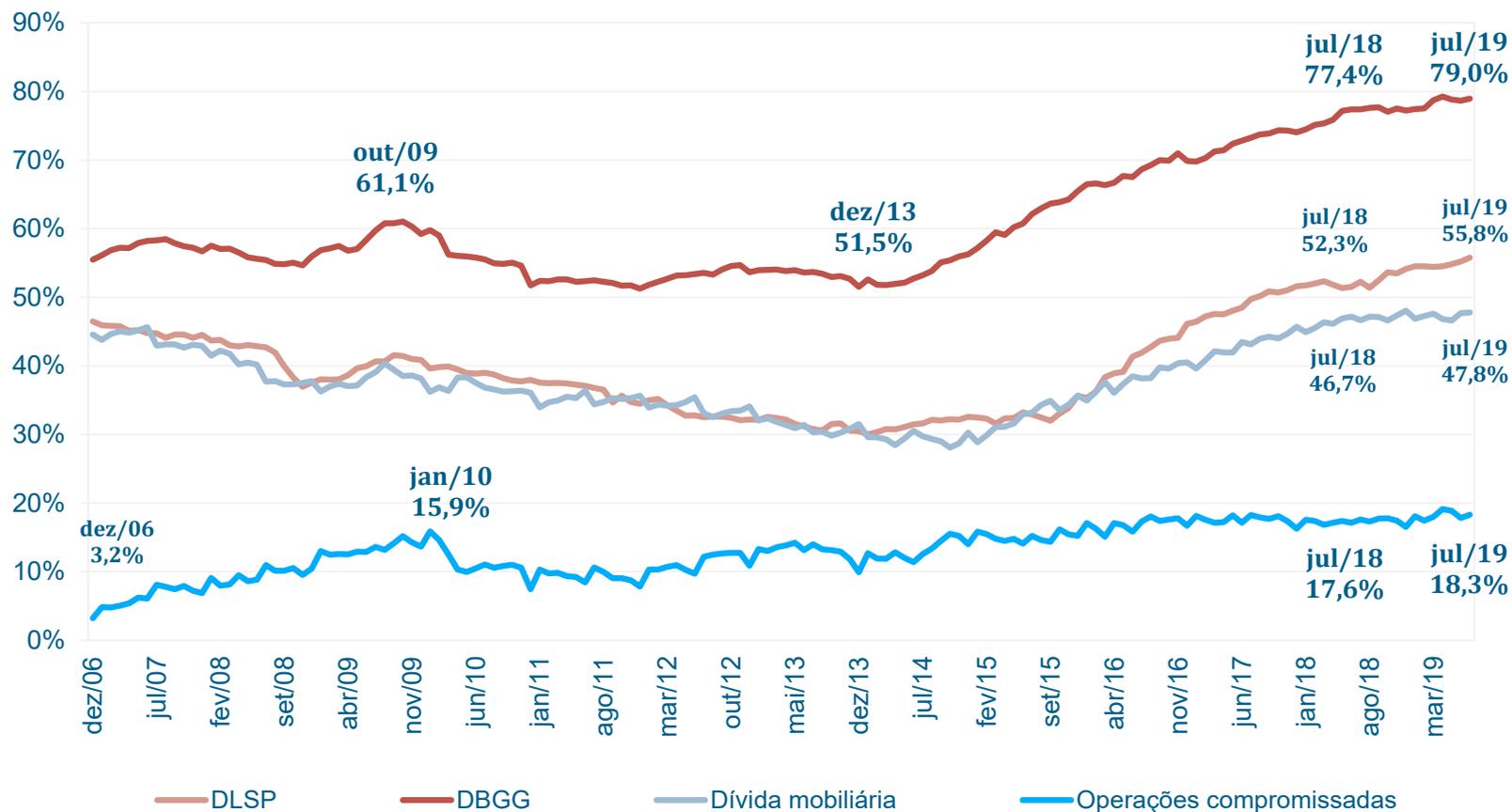
$$\text{Dívida}_{\text{dez/2019}} = \text{Dívida}_{\text{dez/2018}} + \text{Déficit Primário}_{\text{jan-dez/2019}} + \text{Juros}_{\text{jan-dez/2019}}$$

Esquema simplificado



Evolução da dívida bruta: +27,5 p.p. desde 2013

INDICADORES DE DÍVIDA PÚBLICA E PRINCIPAIS COMPONENTES (% DO PIB)

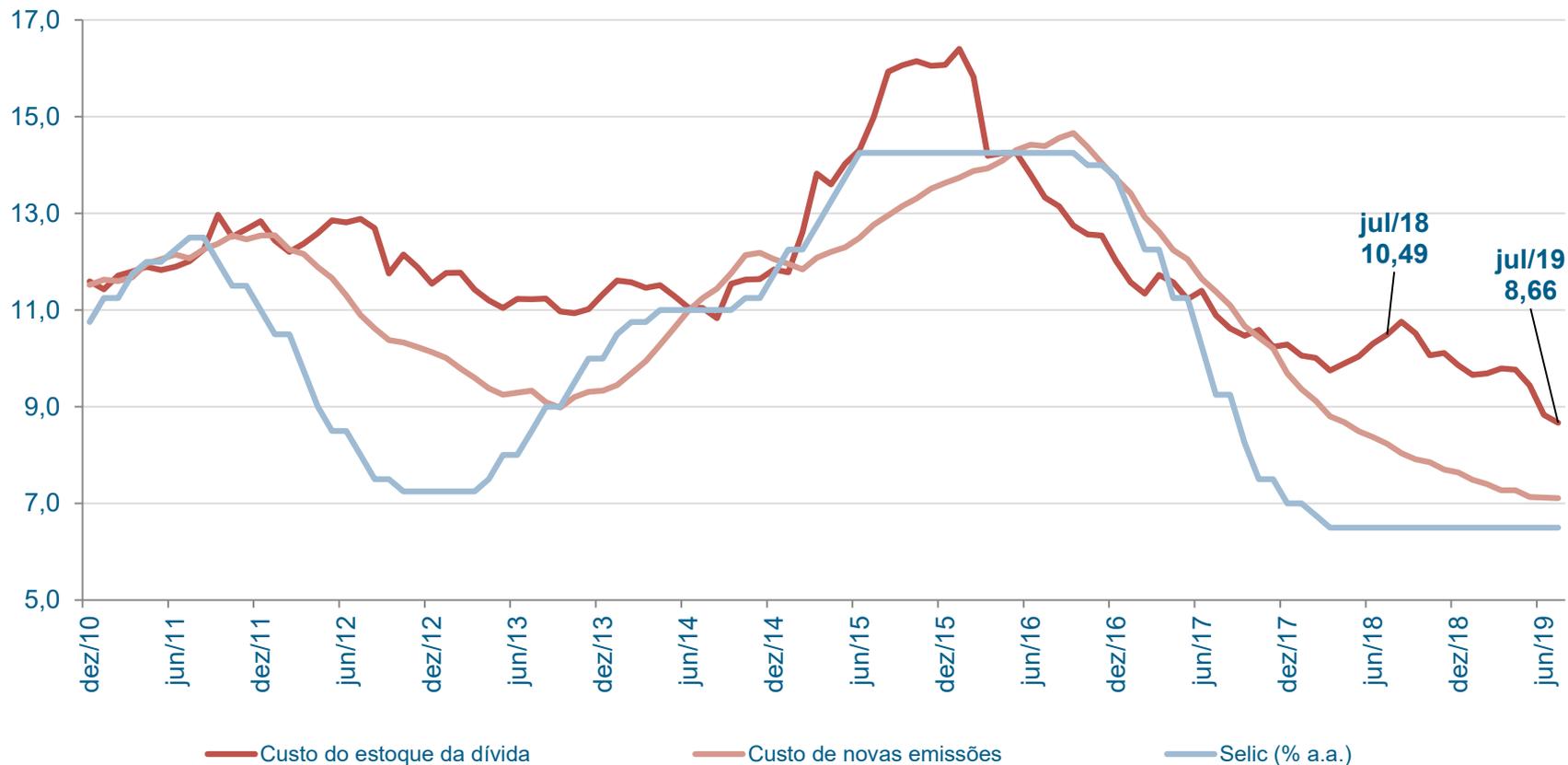


Dados de dívida bruta e déficit nominal comparados

		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2024
Brasil	Dívida	60,2	62,3	72,6	78,3	84,1	87,9	97,6
	Déficit	3	5,4	10,2	9	7,9	6,8	5,8
Emergentes	Dívida	38,7	40,8	43,9	46,8	48,5	50,8	61,2
	Déficit	1,4	2,4	4,4	4,8	4,3	4	4,3
Desenvolvidos	Dívida	105,1	104,6	104,2	106,7	104,6	103,6	103
	Déficit	3,6	3	2,5	2,5	2,1	2,1	2

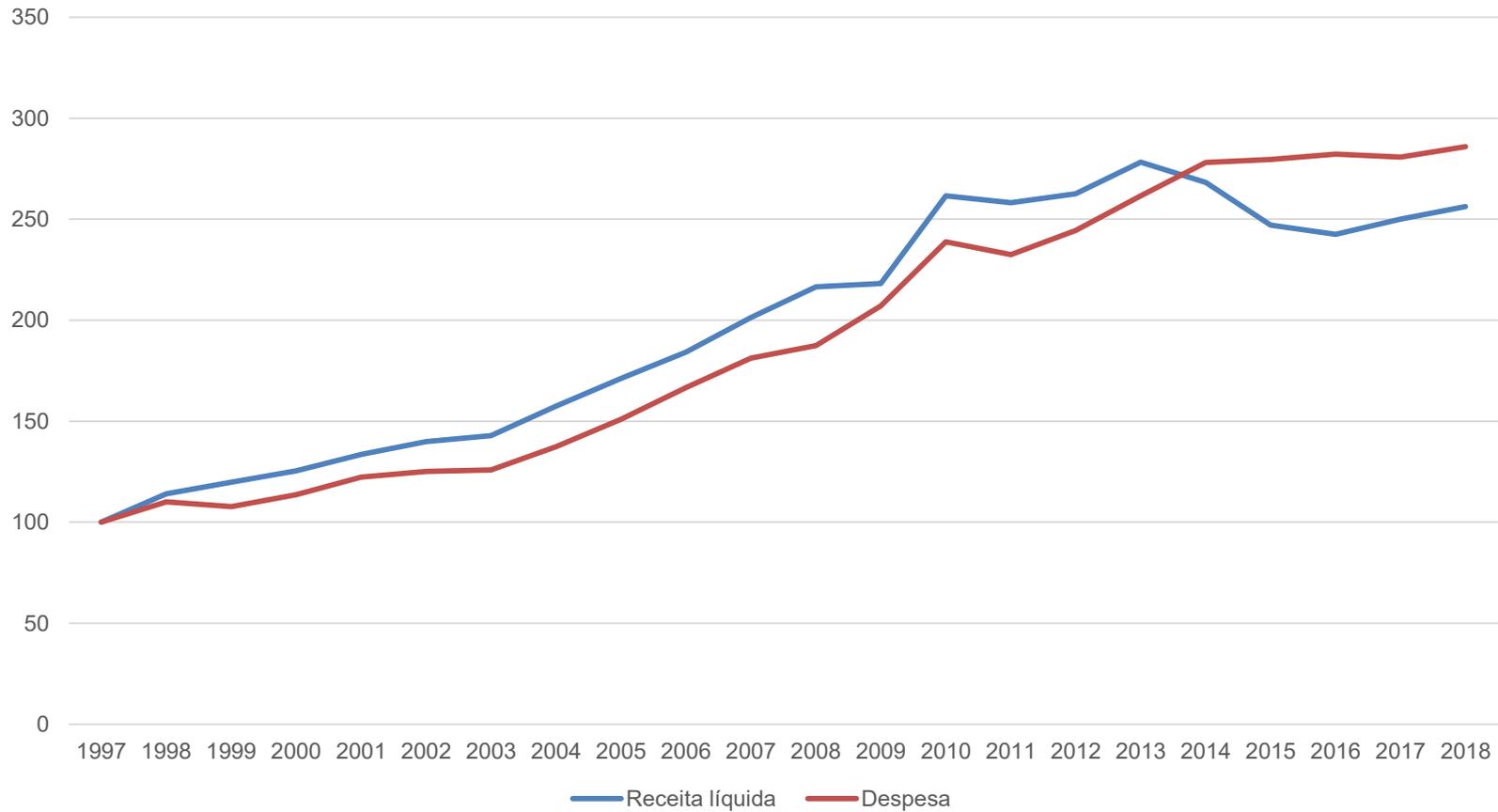
Custo médio da dívida e Selic

CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (ESTOQUE E NOVAS EMISSÕES), ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES (%) E TAXA SELIC - META (% AO ANO)



Receitas: +156%; Despesas: +186%

Receitas Líquidas e despesas primárias reais (1997 = 100)

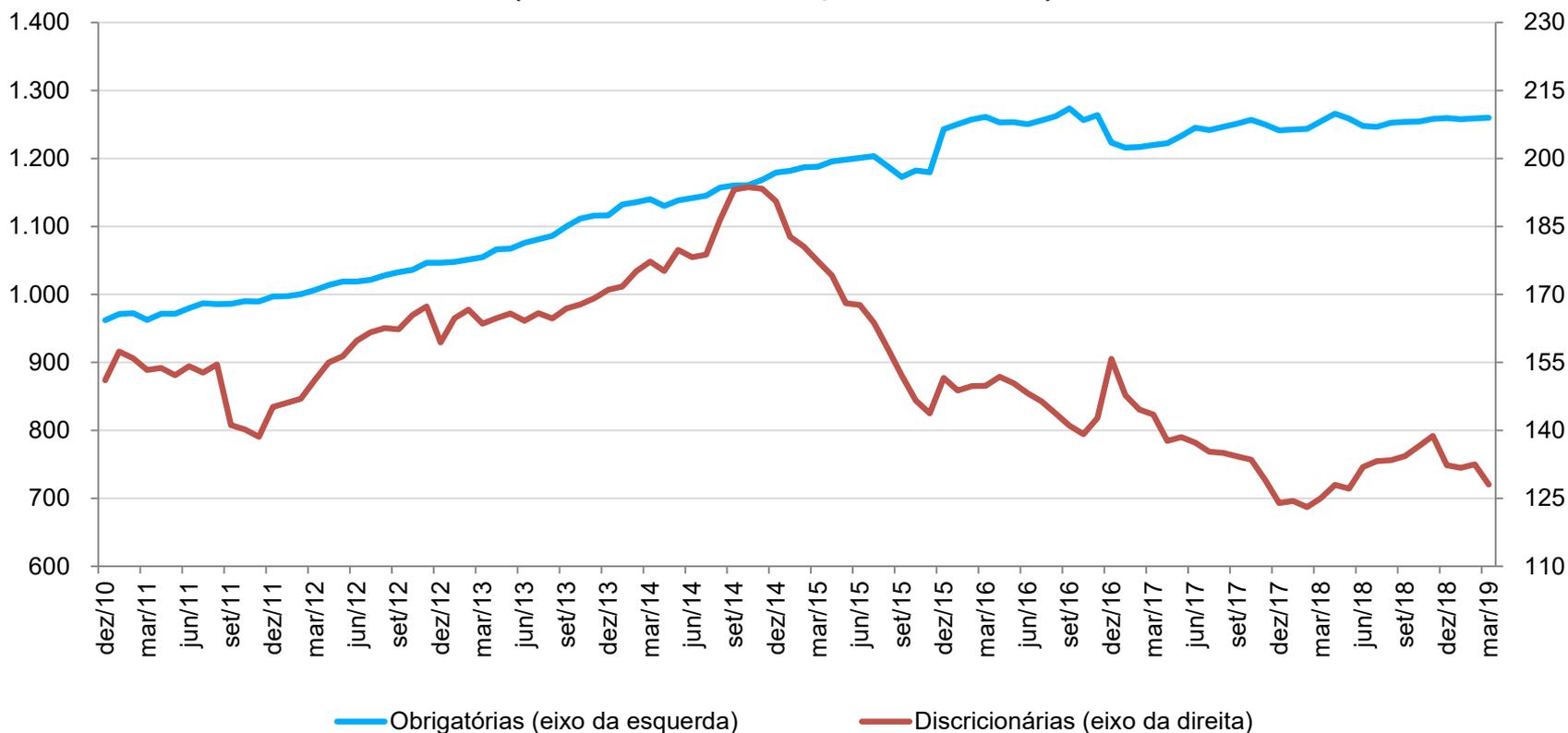


Evolução histórica – Receitas e Despesas



Resultado primário – projeções IFI x Governo

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS E OBRIGATÓRIAS FEDERAIS ACUMULADAS EM 12 MESES (R\$ BILHÕES - A PREÇOS DE MAR/19)*



Menor nível de investimentos da série histórica

INVESTIMENTOS PÚBLICOS FEDERAIS (R\$ BILHÕES, PREÇOS DE AGO/19)

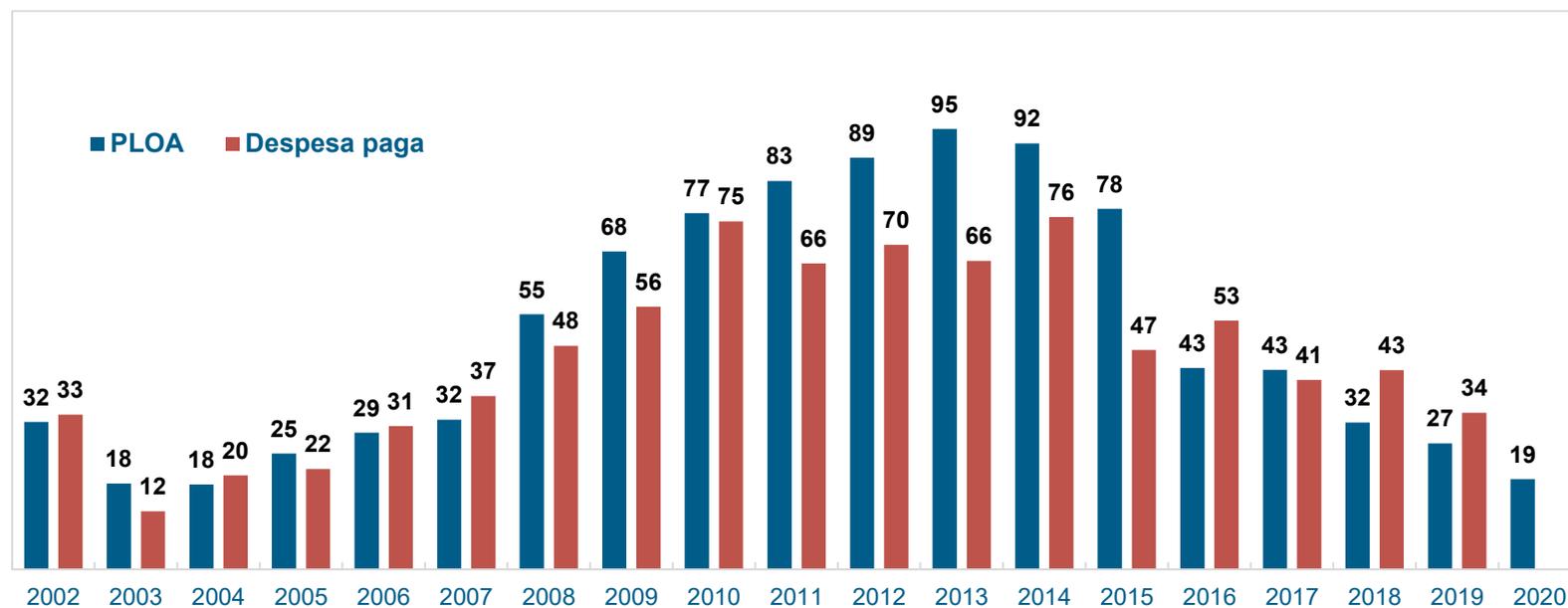


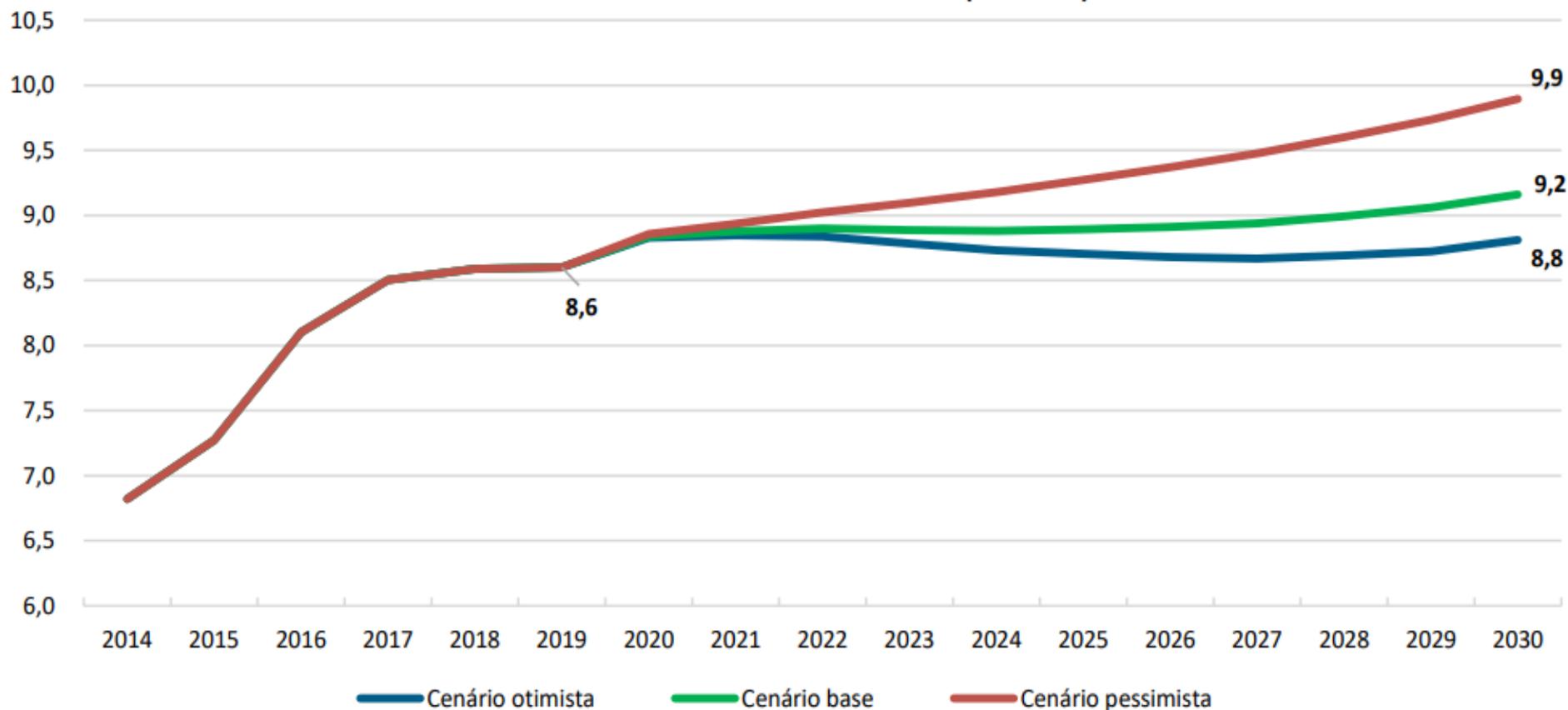
TABELA 12. PREMISSAS PARA AS PROJEÇÕES DE DESPESAS PRIMÁRIAS DA IFI

Despesas	Premissas
Benefícios previdenciários	Projeções conforme RAF de abril
Pessoal e encargos sociais	Cenário base: IPCA (t-1) mais crescimento real (3,1% em 2019 e 0,5% nos anos seguintes)
	Cenário otimista: IPCA (t-1) mais crescimento real (3,1% em 2019 e -0,5% nos anos seguintes)
	Cenário pessimista: IPCA (t-1) mais crescimento real (3,1% em 2019 e 2,0% nos anos seguintes)
Abono salarial e Seguro desemprego	INPC (t-1) mais crescimento da população ocupada
BPC	Projeções conforme NT 28 (ajustadas para critério do Tesouro)
Compensação pelas Desonerações da Folha	Projeção do Executivo em 2019, R\$ 8,0 bilhões em 2020 e R\$ 2,0 bilhões em 2021. Zero nos anos seguintes
Complementação da União ao FUNDEB	PIB Nominal
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	IPCA (t-1)
Precatórios e sentenças judiciais	
Pessoal	IPCA (t-1)
Previdenciários, BPC e demais	PIB Nominal
Subsídios e Subvenções	Projeção do Executivo em 2019. IPCA (t-1) nos anos seguintes
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	Projeção do Executivo em 2019. Média histórica em 2020. IPCA (t-1) nos anos seguintes
Lei Kandir	Valor fixo de R\$ 1.910 milhões em toda a série
Financiamento de Campanha Eleitoral	Em anos pares, IPCA (dois anos anteriores). Em anos ímpares, zero.
Bolsa Família	Em 2019, IPCA (t-1) mais 8,3%. Nos anos seguintes, IPCA (t-1)
Demais obrigatórias	IPCA (t-1)
Discricionárias do Poder Executivo	IPCA (t-1) - Contingenciamento (em 2019 e 2020)
Impactos da Reforma da Previdência (PEC 6/2019)	Cenário base: 80% do impacto projetado pela IFI para as mudanças no RGPS. 100% do impacto projetado pela IFI para o abono salarial. Não considera alteração nas regras atuais do BPC
	Cenário otimista: 100% do impacto projetado pela IFI para as mudanças no RGPS. 100% do impacto projetado pela IFI para o abono salarial. Não considera alteração nas regras atuais do BPC
	Cenário pessimista: 40% do impacto projetado pela IFI para as mudanças no RGPS. Não considera alteração nas regras atuais do abono salarial e do BPC

Fonte: IFI.

Previdência - RGPS

GRÁFICO 18. PREVIDÊNCIA - RGPS (% DO PIB)



Fonte: Tesouro (2014 a 2018) e IFI (anos seguintes).

Cenários fiscais

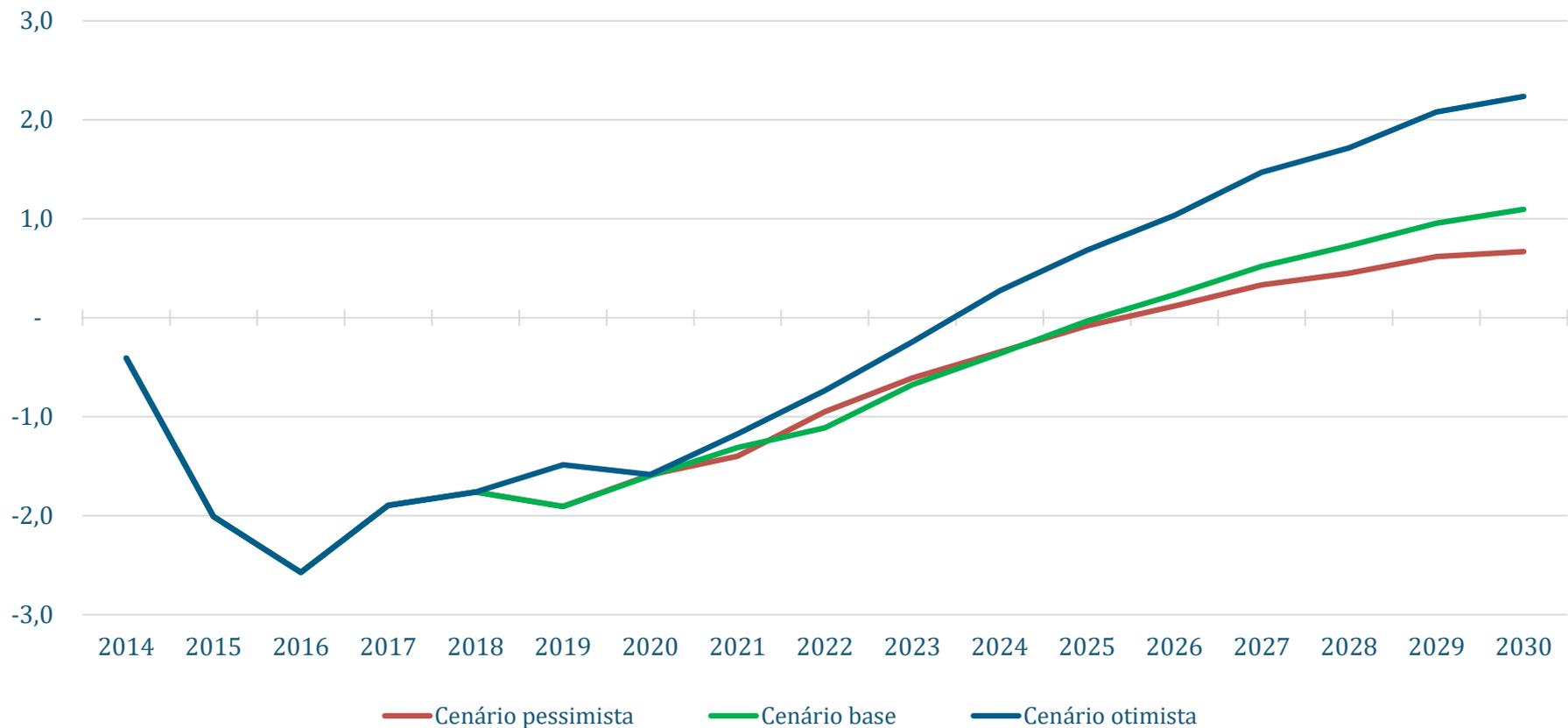
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita total	1.484	1.527	1.596	1.709	1.831	1.960	2.092	2.233	2.383	2.545	2.719	2.906	3.106
Transferências a E&M	257	264	271	293	316	341	366	394	423	455	489	526	565
Receita Líquida	1.228	1.262	1.324	1.417	1.515	1.619	1.725	1.839	1.960	2.090	2.230	2.380	2.540
Despesa Primária	1.352	1.401	1.449	1.526	1.614	1.683	1.762	1.842	1.933	2.026	2.135	2.247	2.378
Obrigatórias	1.223	1.298	1.373	1.447	1.532	1.599	1.674	1.751	1.838	1.928	2.033	2.141	2.268
Previdência	586	626	688	739	791	841	896	956	1.021	1.092	1.171	1.259	1.359
Pessoal	298	319	334	349	364	365	365	365	366	366	366	367	367
Abono e Seguro	54	56	44	46	49	52	54	57	60	63	66	70	73
BPC	56	60	63	67	71	75	79	83	88	93	98	104	110
Bolsa Família	30	34	35	36	38	39	41	42	44	46	47	49	51
Demais obrigatórias	199	203	209	210	219	227	239	247	260	269	283	292	308
Discricionárias (Executivo)	129	104	75	78	82	85	88	91	95	98	102	106	110
Resultado primário	-120	-139	-124	-109	-99	-64	-36	-4	27	64	95	133	163

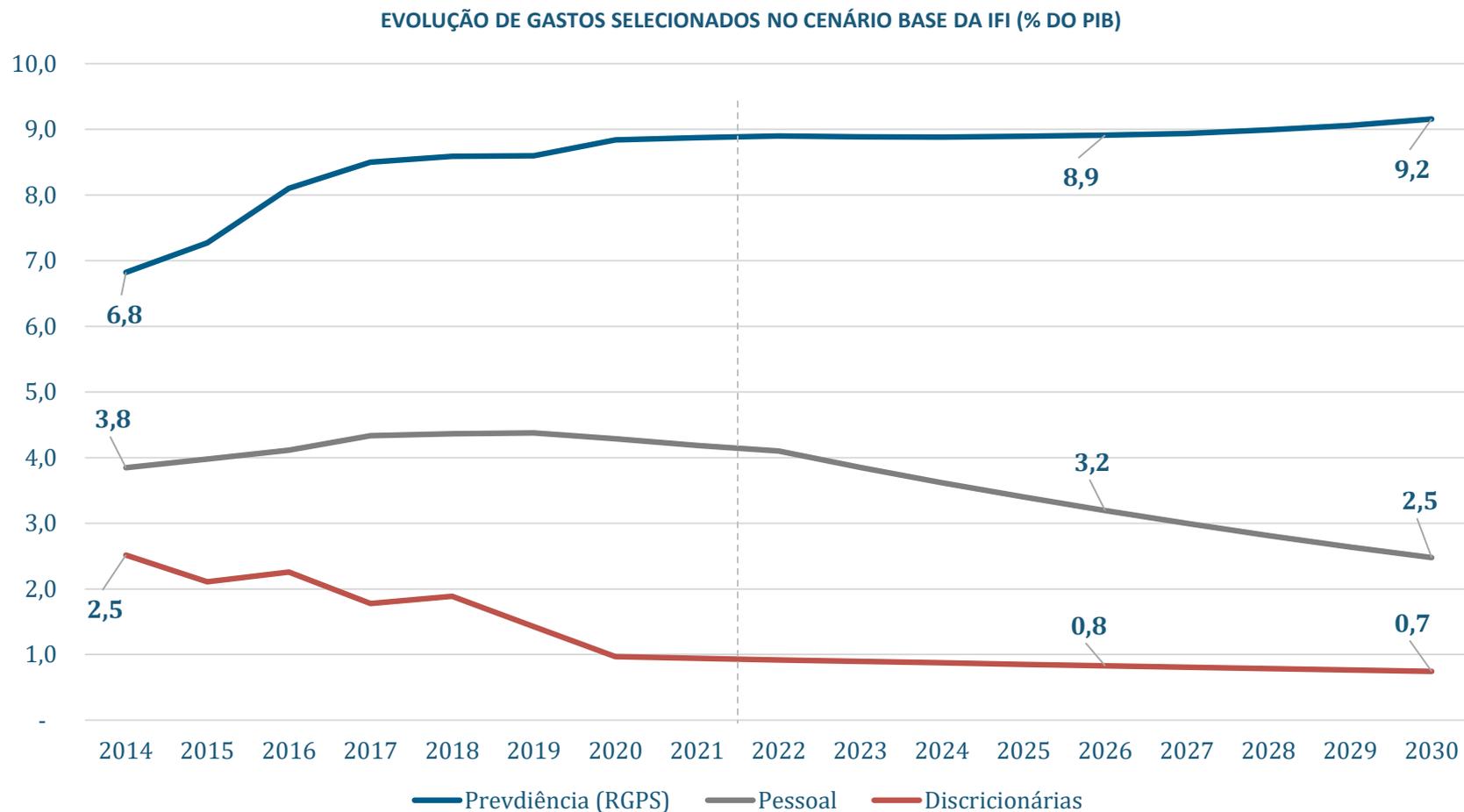


Cenários fiscais

RESULTADO PRIMÁRIO NOS DIFERENTES CENÁRIOS (% DO PIB)

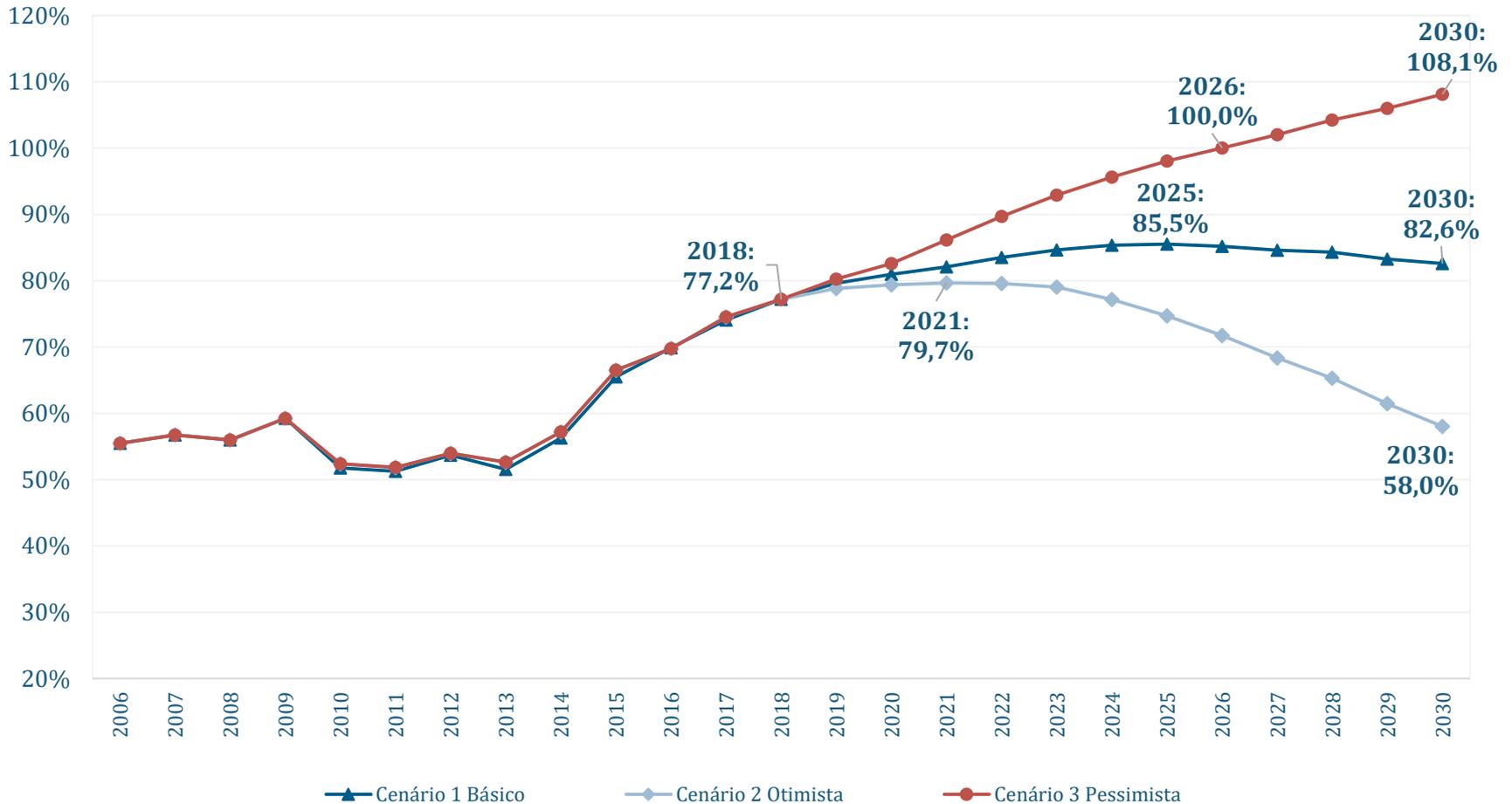


Cenários fiscais



Cenários fiscais

PROJEÇÕES DA IFI PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (% DO PIB)



Teto de gastos

TETO DE GASTOS PARA 2020 (R\$ BILHÕES)

Discriminação	PLOA 2020	IFI (RAF 28)
Total de despesas primárias	1.768,6	1.700,0
Despesas não sujeitas ao teto	314,2	323,9
Despesas sujeitas ao Teto	1.454,5	1.417,2
Teto de gastos	1.454,5	1.454,5
Folga (+) / Excesso (-)	-	37,2

Fonte: PLOA 2020 (Mensagem Presidencial) e IFI (RAF 28, de maio de 2019). Elaboração: IFI.

Fonte: IFI. * Nos seus cenários, a IFI considera a meta de resultado primário apenas para 2019, conforme LDO 2019, e para 2020, conforme PLDO 2020. Na PLDO, as metas para 2021 e 2022 são apenas indicativas e, portanto, sensíveis a resultados fiscais ainda desconhecidos. DP = déficit primário e SP = superávit primário.

Acompanhamento das regras fiscais – riscos

BALANÇO DE RISCOS E RETORNO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Risco de descumprimento de teto de gastos	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário Otimista	Baixo	Baixo	Médio	Alto	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário Base	Baixo	Baixo	Médio	Alto	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário Pessimista	Baixo	Médio	Alto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Risco de descumprimento/revisão da meta de resultado primário*	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário Otimista	Baixo	Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário Base	Baixo	Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário Pessimista	Baixo	Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retorno do superávit primário	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário Otimista	DP	DP	DP	DP	DP	SP						
Cenário Base	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	SP	SP	SP	SP	SP
Cenário Pessimista	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	SP	SP	SP	SP	SP

Fonte: IFI. * Nos seus cenários, a IFI considera a meta de resultado primário apenas para 2019, conforme LDO 2019, e para 2020, conforme PLDO 2020. Na PLDO, as metas para 2021 e 2022 são apenas indicativas e, portanto, sensíveis a resultados fiscais ainda desconhecidos. DP = déficit primário e SP = superávit primário.

Regra de ouro

REGRA DE OURO – DESPESAS CONDICIONADAS À APROVAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

PLOA	R\$ bilhões
Receitas de operações de crédito no PLOA	1.830,5
Despesas de capital	1.463,5
Insuficiência para cumprimento da regra de ouro	367,0

Distribuição das despesas condicionadas	Autorizadas	Condicionadas	Total	% Condicionado
Benefícios Previdenciários	526,1	156,6	682,7	22,9
Pessoal e Encargos Sociais	231,9	104,7	336,6	31,1
Bolsa Família	21,0	9,0	30,0	30,0
Subsídios e Subvenções Econômicas	10,0	6,7	16,7	40,2
Compensação ao FRGPS pelas Desonerações	5,4	5,0	10,4	48,1
Seguro-desemprego	30,8	10,3	41,1	25,1
Sentenças OCC	3,7	20,4	24,1	84,8
Complementação FUNDEB	9,6	6,6	16,2	40,8
Financiamento de Campanha Eleitoral	1,3	1,3	2,5	50,0
Benefícios aos Servidores	11,2	3,4	14,6	23,3
Obrigatórias com Controle de Fluxo	72,6	25,5	98,1	26,0
Discricionárias do Poder Executivo	71,8	17,5	89,3	19,6
BPC	61,5	0,0	61,5	0,0
TOTAL	1.056,8	367,0	1.423,8	25,8

Sobre a reforma tributária - I

- **Estados ricos** utilizam o mecanismo da substituição tributário, que em teoria só seria aplicável a bens muito específicos, com cigarros e bebidas (espalhados no varejo e concentrados na produção)
- **Estados pobres** concedem incentivos com base no diferencial de alíquotas interestaduais
 - Resultado: Guerra fiscal (e não competição, como em países federativos saudáveis)
 - Migrar para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ajudaria a resolver o problema

Sobre a reforma tributária - II

- Risco altíssimo de dar errado na presença de um profundo desequilíbrio nas finanças estaduais e municipais
- Segundo o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais do Tesouro Nacional, todos os estados apresentam problemas com gastos de pessoal (sobretudo, inativos)
- Partilha x reforma: o nó federativo não se desfaz tão facilmente

Os 3 anos de atividades da
Instituição Fiscal Independente (IFI)

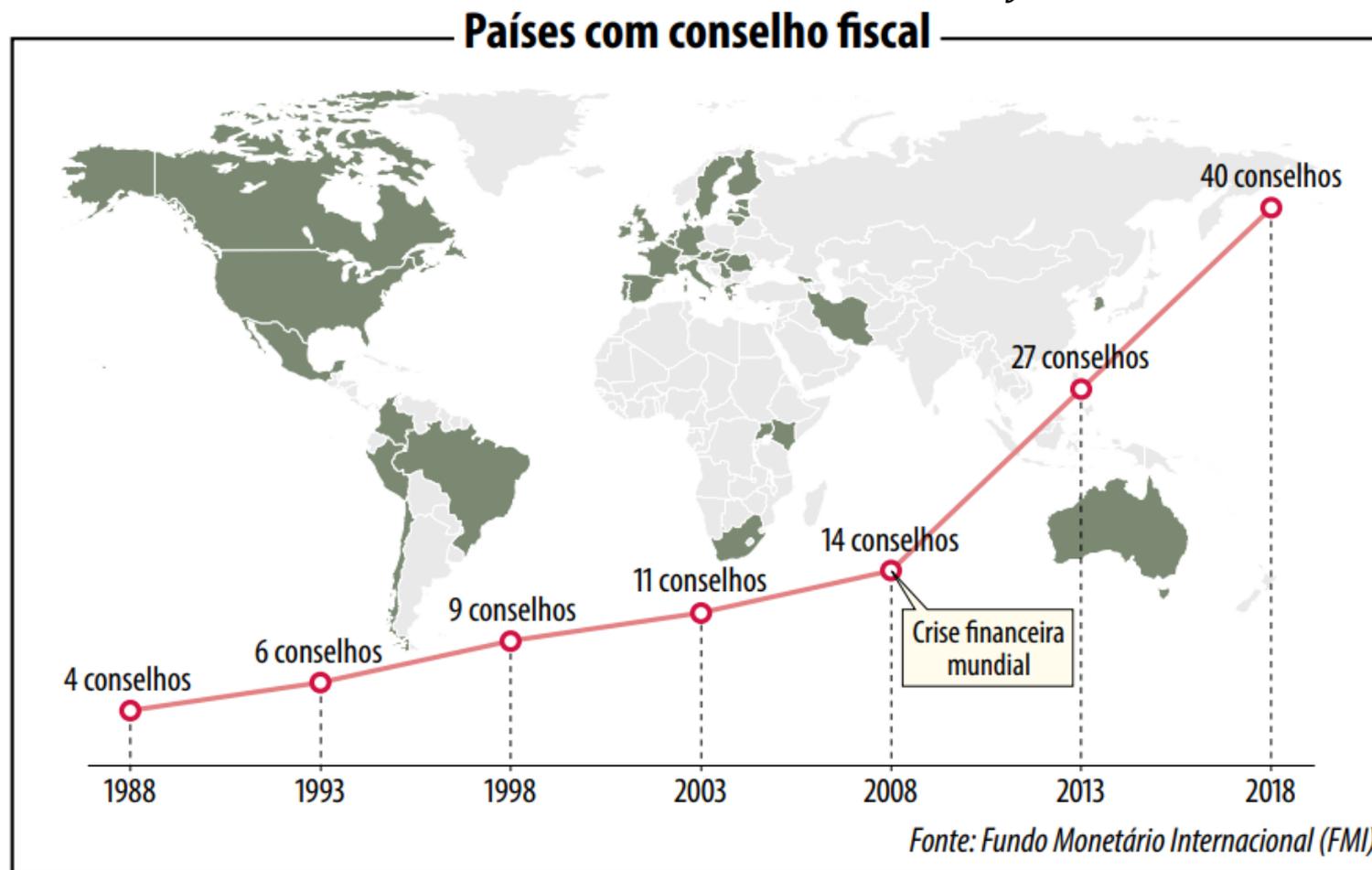
“More recently, the proliferation of IFIs has gained momentum in the aftermath of the financial crisis. (...) the principal motive for establishing these institutions has become the **prevention of future crises**.”

In the European Union, the adoption of an IFI by each EU member country is being promoted under EU Regulation 473/2013.”

George Kopits (2018, ch. 13)

“Independent Fiscal Councils: Watchdogs or lapdogs?”

Edited by Roel Beetsma and Xavier Debrun



Fonte: Jornal do Senado — Brasília, terça-feira, 9 de julho de 2019.



Congressional Budget Office

Nonpartisan Analysis for the U.S. Congress



**EU INDEPENDENT
FISCAL INSTITUTIONS**

Office for
**Budget
Responsibility**



**Instituição Fiscal
Independente**



**Consejo
Fiscal**



Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council



**CONSEJO
FISCAL
AUTÓNOMO**

CBR

**COUNCIL FOR BUDGET
RESPONSIBILITY**



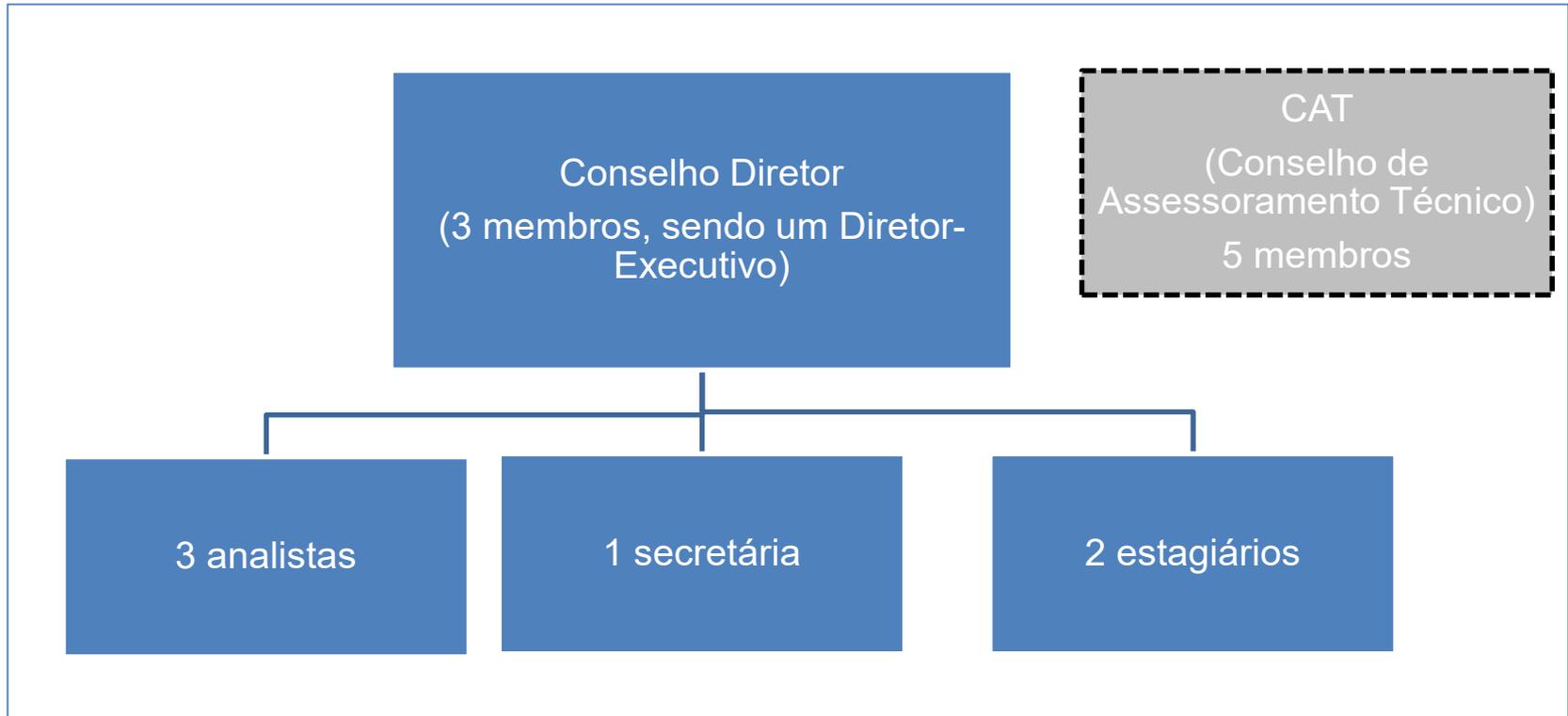
Contexto de criação da IFI brasileira

- **Criação:** Novembro de 2016;
- *Resolução do Senado nº 42/2016 (com força de lei)*
- **Vinculação institucional:** Poder Legislativo (Senado Federal);
- **Contexto global:** pós-crise de 2008, criação de IFIs na União Europeia;
- **Contexto fiscal:** contabilidade criativa, gastos crescentes, desrespeito a regras fiscais e crise econômica

Governança e mandato

- A IFI é dirigida por um **Conselho Diretor**, composto por três membros, sendo um Diretor-Executivo
- Todos são indicados, politicamente, passam por **sabatina** e precisam atender a critérios técnicos, de formação e experiência
- O Plenário do Senado Federal precisa aprovar os indicados, que então exercem **mandatos fixos de 4 anos** (*exceto no caso da primeira formação, onde o Diretor-Executivo tem 6 anos; o Diretor indicado pela Comissão de Economia, 4 anos; e o Diretor indicado pela Comissão de Transparência, 2 anos*).
- **O mandato fixo é o que garante a independência técnica e partidária da IFI.**

Estrutura interna



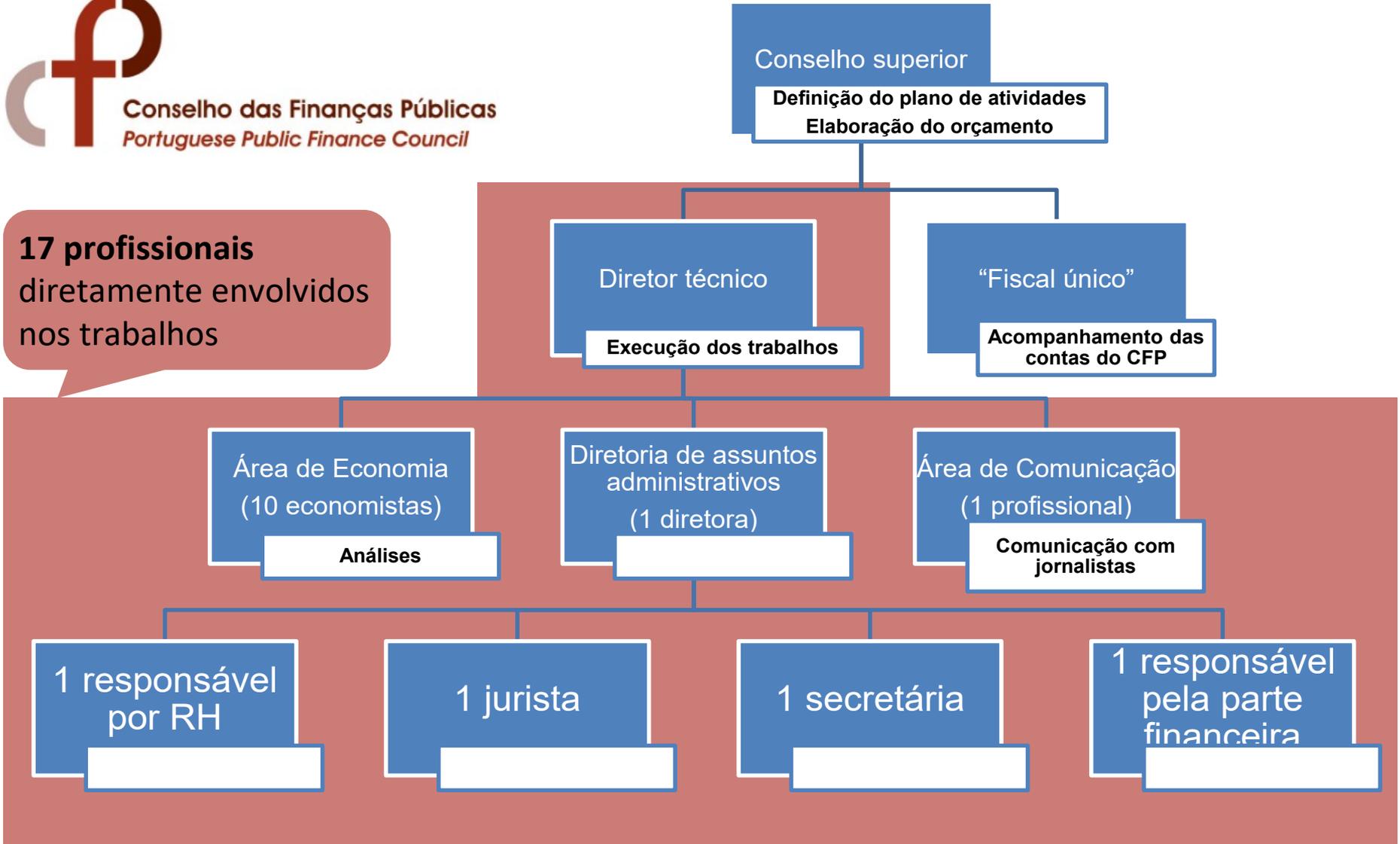
- Total**
- 6 economistas;
 - 1 secretária;
 - 2 estagiários.

Estrutura do CFP

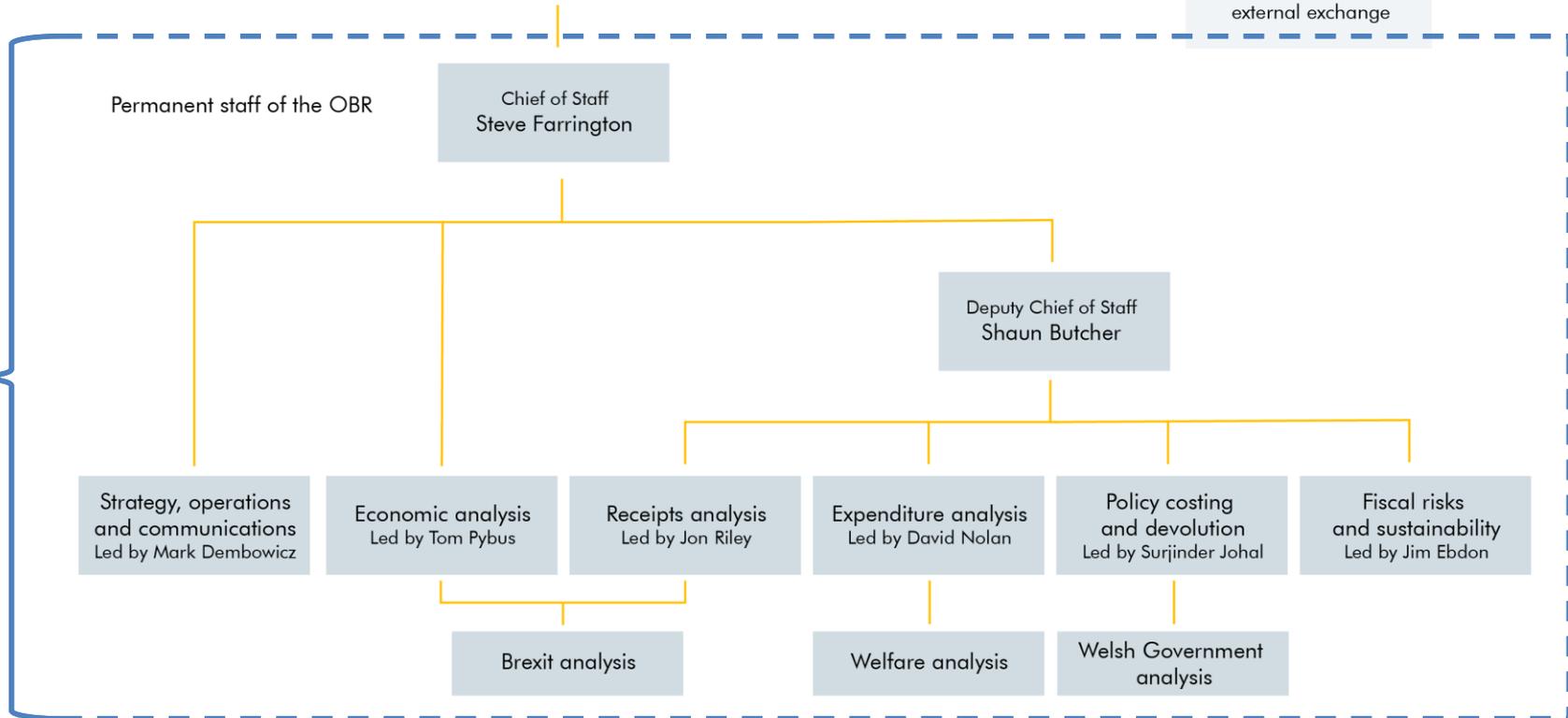
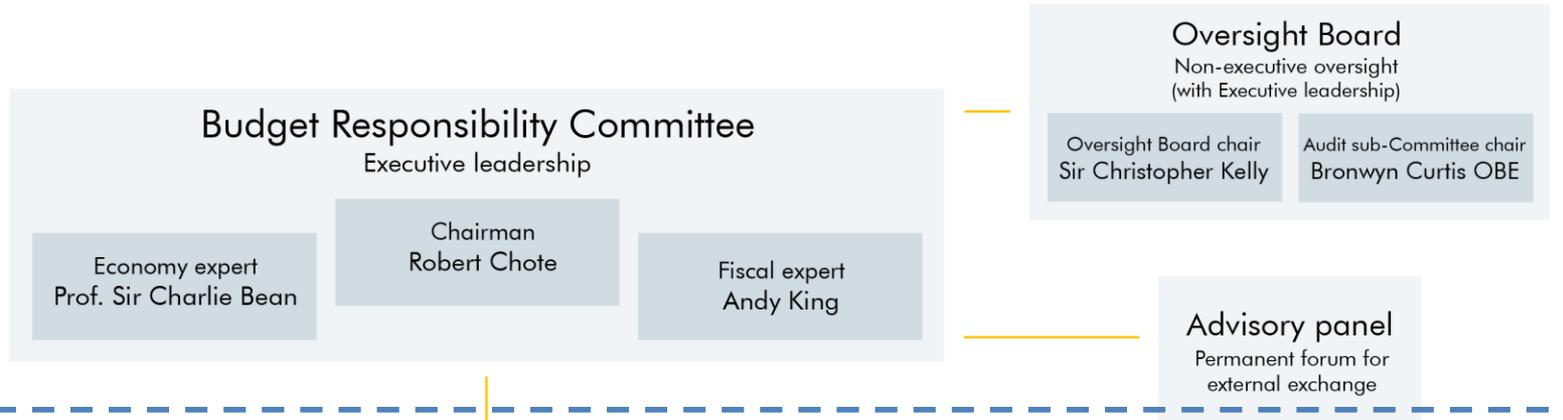


Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council

17 profissionais
diretamente envolvidos
nos trabalhos



Estrutura do OBR



Permanent staff: **31**

Atribuições comparadas



1. Avaliar os cenários macroeconômicos adotados pelo Governo e a consistência das projeções orçamentais com esses cenários;
2. Avaliar o cumprimento das regras orçamentais estabelecidas;
3. Analisar a dinâmica da dívida pública e a evolução da sua sustentabilidade;
4. Analisar a dinâmica de evolução dos compromissos existentes, com particular incidência nos sistemas de pensões e saúde e nas parcerias público-privadas e concessões;
5. Avaliar a situação financeira das regiões autônomas e das autarquias locais;
6. Avaliar a situação econômica e financeira das entidades do setor público empresarial;
7. Analisar a despesa fiscal;
8. Acompanhar a execução orçamentária.



Art. 1º É criada, no âmbito do Senado Federal, a Instituição Fiscal Independente, com a finalidade de:

1. divulgar suas estimativas de parâmetros e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários;
2. analisar a aderência do desempenho de indicadores fiscais e orçamentários às metas definidas na legislação pertinente;
3. mensurar o impacto de eventos fiscais relevantes, especialmente os decorrentes de decisões dos Poderes da República, incluindo os custos das políticas monetária, creditícia e cambial;
4. projetar a evolução de variáveis fiscais determinantes para o equilíbrio de longo prazo do setor público.

Atribuições

Office for
**Budget
Responsibility**

ifi Instituição Fiscal
Independente

Five main roles:

1. ECONOMIC AND FISCAL FORECASTING
2. EVALUATING PERFORMANCE AGAINST TARGETS
3. SUSTAINABILITY AND BALANCE SHEET ANALYSIS
4. EVALUATION OF FISCAL RISKS
5. SCRUTINISING TAX AND WELFARE POLICY COSTING

Art. 1º É criada, no âmbito do Senado Federal, a Instituição Fiscal Independente, com a finalidade de:

1. divulgar suas estimativas de parâmetros e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários;
2. analisar a aderência do desempenho de indicadores fiscais e orçamentários às metas definidas na legislação pertinente;
3. mensurar o impacto de eventos fiscais relevantes, especialmente os decorrentes de decisões dos Poderes da República, incluindo os custos das políticas monetária, creditícia e cambial;
4. projetar a evolução de variáveis fiscais determinantes para o equilíbrio de longo prazo do setor público.

Relação com o Executivo



SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 31, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

GRUPO DE TRABALHO

MODELO DE PROJEÇÕES ATUARIAIS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO

RELATÓRIO FINAL

MINISTÉRIO DA ECONOMIA



GRÁFICO 10. HIATO DO PRODUTO E INTERVALO DE PLAUSIBILIDADE

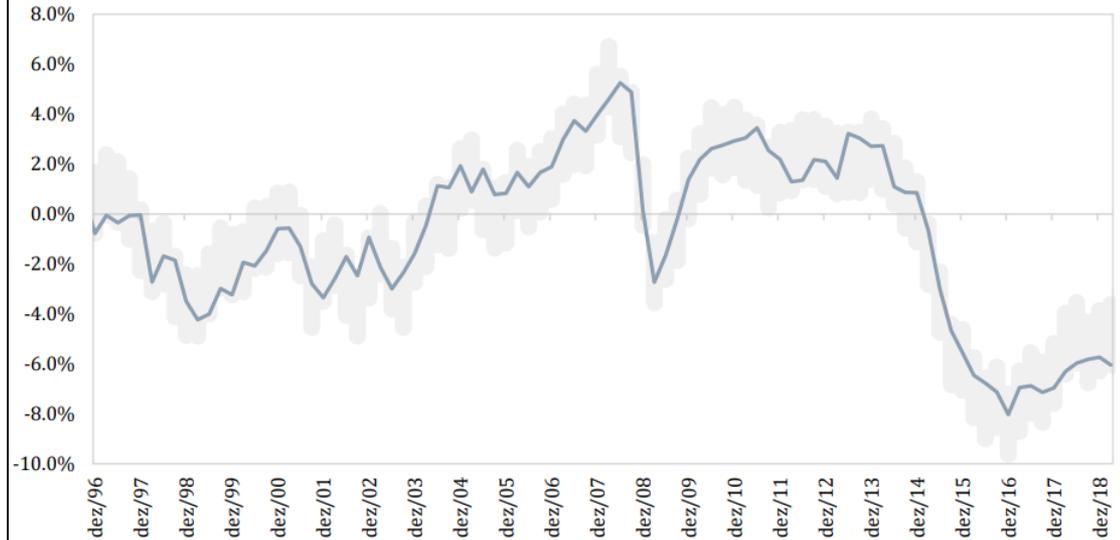
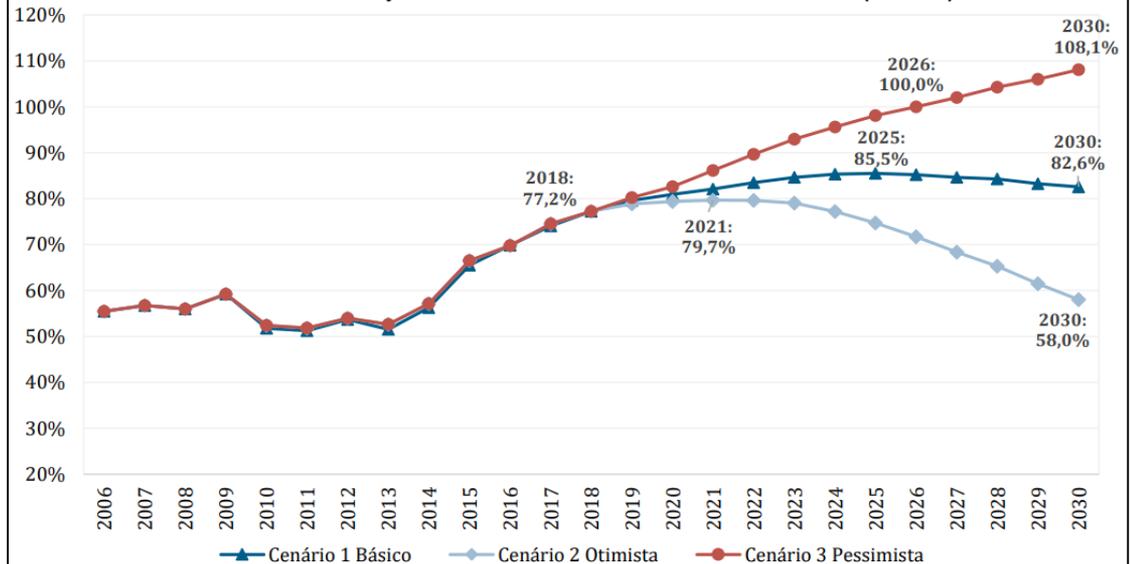


GRÁFICO 20. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (% DO PIB)



Relação com o Executivo

- **Início de atividades da IFI, no primeiro trimestre de 2019:** reação do Ministério da Fazenda aos cálculos da IFI de necessidade de corte do Orçamento Anual
- **Reforma da Previdência:** cálculos da IFI foram largamente utilizados pela imprensa para comparar aos anunciados pelo Governo Federal.
 - *Governo questionou metodologia e resultados*
 - *IFI apresentou 14 trabalhos mostrando cálculos*
- **Como a imprensa utiliza recorrentemente nossas informações, o Executivo também reage ao que é publicado sobre nossos estudos e análises**

Imprensa

What makes a fiscal council effective?

Unlike independent central banks, which have complete discretion to set delegated policy instruments to achieve their goals, fiscal watchdogs cannot bite: they have no explicit mandate or instrument that can directly influence fiscal policy. It is how loud and fast the fiscal watchdog barks that matters for its effectiveness.

As such, fiscal council effectiveness lies in their ability to persuade policymakers to opt for sound fiscal policies (Beetsma *et al.* 2017). They do so by (i) fostering transparency over the political cycle to improve democratic accountability and discourage opportunistic shifts in fiscal policy and (ii) raising public awareness about the consequences of certain policy paths. And they must do all that in time to prevent fiscal misbehaviour.

A reforma da Previdência precisa de transparência

25/03/2019 05h00

Embora acalorada, a discussão sobre a reforma da Previdência apenas começou. E para que ela chegue a um bom termo é necessário que o governo seja o mais transparente possível, apresentando dados sobre a economia que será obtida com cada item a ser alterado e projeções detalhadas para o futuro. Até agora, apenas a **Instituição Fiscal Independente (IFI), entidade do Senado**, brindou o público com estimativas para algumas das alterações propostas pelo governo.

FOLHA DE S.PAULO



PREVIDÊNCIA

**Economia com a reforma da
Previdência é de R\$ 630
bilhões, estima IFI, órgão do
Senado**

Projeção é metade do esperado inicialmente pelo governo: R\$
1,2 trilhão em dez anos

Número de citações na imprensa

	Ano	Citações	Média por mês	Média por dia
Número de citações na imprensa, por ano	2019 (até outubro)	813	68	2,2
	2018	485	40	1,3
	2017	329	27	0,9
	2016 (só dezembro)	4	0,3	0,01
	TOTAL	1.631	47	1,5

Publicações – 4 tipos

Relatório de Acompanhamento Fiscal

Notas Técnicas

Comentários da IFI

Estudos Especiais

ifi Instituição Fiscal
Independente

ifi Instituição Fiscal
Independente

ifi Instituição Fiscal
Independente

COMENTÁRIOS DA IFI Nº 3
24 DE OUTUBRO DE 2019

Impactos fiscais consolidados da PEC da Reforma da Previdência

Este Comentário da IFI tem o objetivo de apresentar os números consolidados das simulações feitas pela Instituição Fiscal Independente do Senado Federal (IFI) para os impactos fiscais da PEC nº 6 de 2019 (PEC da Reforma da Previdência) após sua aprovação definitiva.

Sobre o trabalho de simulação desenvolvido pela IFI

Segundo a Resolução do Senado nº 42, de 2016, é função da IFI elaborar cenários fiscais e econômicos. A aprovação da reforma da previdência (PEC nº/2019) é um evento que altera os cenários macrofiscais, dada sua relevância para o gestor público. Seus efeitos sobre as contas públicas e a economia poderão ser relevantes. Neste trabalho, apresentamos um resumo dos cálculos feitos pela IFI desde que a PEC foi enviada pelo Executivo à Câmara dos Deputados. Registro-se que eventual discrepância entre os cálculos apresentados pelo Governo e pela IFI não representam erro no acerto do um lado ou outro, pois se tratam de projeções, o que envolve algum grau de incerteza. Diferenças de modelagem e premissas adotadas também são fatores relevantes. De todo modo, a ordem de grandeza dos efeitos encontrados é, nos dois casos, significativa.

Nos últimos meses, a IFI publicou 2 Relatórios de Acompanhamento Fiscal (RAPs) especiais, contendo diagnóstico e simulações sobre a Previdência Social, particularmente para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS): 10 Notas Técnicas (NTs) sobre aspectos específicos da PEC e análises de texto legal; e 2 Estudos Especiais (EEs) sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a situação das previdências estaduais.¹

Este Comentário da IFI leva em conta esses trabalhos e é útil para que se possa avaliar o peso da aprovação da reforma sobre os cenários fiscais preditivos. No RAF de novembro, a revisão dos cenários macrofiscais da IFI já incorporava esses números finais.

Quadro consolidado dos impactos fiscais

Na Tabela e Gráfico 1, apresentamos os impactos fiscais elaborados pela IFI em comparação com os publicados pelo Governo. A economia calculada pela IFI já era menor, no cenário PEC (isto é, texto original sem modificações) enquanto o Executivo previa impacto acumulado em dez anos (2020-2029) de R\$ 1,2 trilhões, a IFI estimava R\$ 995 bilhões. Na versão aprovada pelo plenário do Senado Federal, a economia diminuiu para R\$ 890 bilhões (Executivo) e R\$ 630 bilhões (IFI). Já o Gráfico 2 mostra como se dá a distribuição do impacto fiscal ao longo dos dez anos cobertos pelas projeções.

Em linhas gerais, é possível notar que as diferenças entre as contas do Governo e da IFI residem, em relação ao RGPS, muito provavelmente, na forma de incorporar no modelo de simulação as regras de transição. Quanto aos cálculos para o RPPS federal, diferenças entre os nossos valores e aqueles calculados pelo governo decorrem de distintas (a) premissas utilizadas nos modelagens, (b) técnicas de cálculo (enquanto o governo realiza cálculos manuais, a IFI realiza simulações computacionais), e (c) base de dados (nossos dados de pensionistas diferem ligeiramente dos reportados no relatório de impacto do governo).

ifi Instituição Fiscal
Independente

ESTUDO ESPECIAL • 10 DE JULHO DE 2019 • Nº 10

SIMULAÇÃO DO IMPACTO DA PEC 6/2019 SOBRE AS DESPESAS DO RPPS DOS SERVIDORES CÍVIS DA UNIAO

Alessandro Ribeiro de Carvalho Casalechelli¹
Rodrigo Octávio Orszak²
Pedro Henrique Oliveira de Souza³

RESUMO

Este Estudo Especial busca contribuir para o debate sobre a Reforma da Previdência de 2019. Para tanto, simulamos computacionalmente as despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União, de 2020 a 2029, sob três cenários: (a) regras previdenciárias atualmente vigentes, (b) regras previstas na PEC 06/2019, da Reforma da Previdência, em sua versão original e (c) regras previstas no substitutivo à esta PEC, apresentado em 11 de junho de 2019 na Câmara dos Deputados. As simulações neste estudo refletem também o governo fiscal do relator, pois este não modificou as regras do RPPS para servidores civis da União em comparação com o substitutivo de 13 de junho. A simulação utiliza microdados de mais de 1 milhão e 300 mil indivíduos - de servidores civis da União (ativos e aposentados) e pensionistas, disponibilizados pela Secretaria da Previdência do Ministério da Economia - e foi implementada através do software R. A economia simulada da PEC em sua forma original (cenário "a") a partir de dezembro de 2019, comparativamente às regras atualmente vigentes, é de R\$ 120,6 bilhões em 10 anos e de R\$ 360,7 em 20 anos. A economia do substitutivo, em comparação com as regras atualmente vigentes, é de R\$ 66,8 bilhões em 10 anos e de R\$ 203,8 bilhões em 20 anos. Portanto, o substitutivo reduziria a economia prevista na PEC original em R\$ 53,8 bilhões em 10 anos, e em R\$ 156,9 bilhões em 20 anos. Diferenças entre estes valores e aqueles calculados pelo Governo decorrem de diferenças (a) nas premissas utilizadas nas modelagens, (b) nas técnicas de cálculo (enquanto o Governo realiza cálculos manuais, aqui realizamos simulações computacionais) e (c) diferenças na base de dados (nossos dados de pensionistas diferem ligeiramente dos reportados no relatório de impacto do Governo). Este Estudo Especial se enquadra na Resolução Nº 42/2016 do Senado Federal, que estabelece, entre as finalidades da Instituição Fiscal Independente do Senado, a de "mensurar o impacto de eventos fiscais relevantes, especialmente em decorrência de decisões dos Poderes da República (...)"; e de "preparar a avaliação de variantes fiscais decorrentes para a equidade de longo prazo do setor público".

¹ Analista da IFI.
² Diretor da IFI.
³ Cientista da IFI.

O "R" é software utilizado por profissionais em mais diversos áreas de ciência exata e humana, tanto no Brasil quanto no exterior, seja em academia, seja em empresas do governo. É gratuito e de código aberto. Saiba mais em <http://r-project.org> ou consulte sua página de help em <http://www.r-project.org/doc/>.

¹ Acesso aqui ao trabalho mencionado: <https://www12.senado.gov.br/18/reforma-da-previdencia>

Relatório de Acompanhamento Fiscal

14 DE OUTUBRO DE 2019 • Nº 33

Nota Técnica nº 39 28 DE OUTUBRO DE 2019

Custo de carregamento e nível adequado das reservas internacionais

Josué Pellegrini

DESTAQUES

- Cenário de inflação cria condições para que ciclo de queda da taxa Selic tenha continuidade.
- Taxa de juros reais deverá convergir para 3,5% ao ano no longo prazo.
- Melhora no déficit primário ocorre via corte de despesas discricionárias e aumento de receitas alijadas.
- Resultado primário que estabiliza a dívida bruta é calculado em +1,1% do PIB.
- Revisão das projeções do governo eleva despesa discricionária a R\$ 107,8 bilhões e "empacamento" pode desair déficit abaixo da meta.
- Meta do setor público não deverá ser cumprida, em razão da frustração das metas indicativas dos Entes Subnacionais.

Publicações



PUBLICAÇÕES	Desde 2012	Desde 2017
 SITUAÇÃO E CONDICIONANTES	9	5
 PROGRAMA DE ESTABILIDADE	13	6
 ORÇAMENTO DO ESTADO	14	4
 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	25	11
 RISCOS E SUSTENTABILIDADE	1	1
 SECTORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	19	10
 OUTRAS PUBLICAÇÕES	15	5
TOTAL	96	42

PUBLICAÇÕES	Desde 2017
RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO FISCAL	33
NOTAS TÉCNICAS	39
ESTUDOS ESPECIAIS	10
COMENTÁRIOS DA IFI	3
TOTAL	85

Publicações

Office for
Budget
Responsibility

ifi Instituição Fiscal
Independente

	Desde 2010	Desde 2017
Economic and fiscal outlook	21	5
Fiscal sustainability report	8	2
Forecast evaluation report	8	2
Welfare trends report	5	2
Fiscal risks report	3	2
Monthly public finances release	89*	38*
Brief guides and explainers	4**	4**
Other publications	60	17
Escócia	20	5
Gales	12	5
Outros	28	7
TOTAL	198	72

PUBLICAÇÕES	Desde 2017
RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO FISCAL	33
NOTAS TÉCNICAS	39
ESTUDOS ESPECIAIS	10
COMENTÁRIOS DA IFI	3
TOTAL	85

*Uma das páginas estava com erro (não abria), então somei 10. **Publicações não datadas.

Publicações – temas sobre os quais temos publicado



- a) conjuntura econômica e fiscal;
- b) custo de carregamento das reservas internacionais;
- c) evolução e projeções da dívida pública;
- d) teto de gastos e margem fiscal;
- e) efeitos fiscais de decisões do Judiciário;
- f) impactos da reforma da previdência;
- g) análise das principais propostas de reforma tributária;
- h) evolução da despesa discricionária e obrigatória;
- i) estimativa de função de produção e hiato do produto;
- j) gastos tributários e subsídios creditícios;
- k) empresas estatais federais;
- l) contas públicas estaduais;
- m) efeitos fiscais da política de juros;
- n) regra de ouro;
- o) operações compromissadas do Banco Central;
- p) estimativa da elasticidade entre receita pública e atividade econômica;
- q) Balanço Geral da União;
- r) riscos fiscais da União;
- s) relação entre Tesouro e Banco Central;
- t) Sistema S.